

27 JUN 1995

OPINIÃO

CORREIO BRAZILIENSE

DF - Cidade Estrutural

CORREIO BRAZILIENSE

Na quarta parte nova os campos ará
E se mais mundo houvera, lá chegara
CAMÕES, e, VII e 14

Diretor Presidente

Paulo Cabral de Araújo

Diretor de Redação

Ricardo Noblat

Editor Executivo

José Negreiros

Diretor Vice-Presidente

Ari Cunha

Diretor Comercial

Maurício Dinepi

Diretor de Marketing

Márcio Cotrim

Diretor Gerente

Evaristo de Oliveira

Diretor Industrial

Osvaldo Abílio Braga

Diretor de Planejamento

João Augusto Cabral

Atitude acertada

O veto do governador Cristovam Buarque à lei que cria a Cidade Estrutural é demonstração de amor a Brasília e, sobretudo, de zelo pelas pessoas humildes que estão sendo manipuladas em sua boa fé.

A Cidade Estrutural, além de atentado urbanístico e ecológico à capital do país, é monumento à demagogia e delinqüência políticas. É caso típico de trapaça social, em que se transmite à vítima a ilusão de que está recebendo algum tipo de benefício, quando, na verdade, está sendo lograda.

A área destinada à malfadada cidade apresenta dois inconvenientes ambientais intransponíveis: de um lado, o depósito de lixo de Brasília; de outro, reserva ecológica do Parque Nacional. Desnecessário explicar os riscos contaminatórios e o desrespeito que representa instalar famílias em área reservada a receber lixo. Quanto à reserva ambiental, está sob proteção de lei federal.

Ainda que o governador, ignorando todas as recomendações dos órgãos técnicos do GDF, embarcasse no espírito de "trem da alegria" que inspirou parte da Câmara Legislativa, não teria como evitar a remoção das pessoas que ocupam aquela área. Isso porque a legislação em vigor exige que os lotes sejam distribuídos em função das inscrições na antiga Shis (hoje, Idhab).

A grande maioria dos que ocupam lotes na área em questão sequer está inscrita — e des-

conhece mesmo a existência dessas exigências processuais. São pessoas humildes, necessitadas, cujas carências estão sendo manipuladas por políticos inescrupulosos, em busca de dividendos eleitorais. Esses personagens, os mesmos que hoje patrocinam manifestação de protesto contra o veto do governador, são gigolôs da miséria alheia e não honram a classe política.

Pior: reforçam, com esse comportamento, a causa dos que se batem pelo fim da autonomia política do Distrito Federal. O governo do PT foi eleito exatamente porque denunciou os excessos da administração passada na política de assentamentos. A farra dos lotes gerou desequilíbrios ambientais, aumentou o fluxo das migrações desordenadas para Brasília, multiplicou os problemas sociais da cidade e, o que é mais grave, não contribuiu em nada para minorar o sofrimento das massas desassistidas que acreditaram no aceno populista.

Brasília foi concebida para ter, no ano 2000, 500 mil habitantes. Já está com dois milhões. Esses números recomendam cautela e civismo por parte das autoridades na hora de formular e executar a política habitacional da cidade. O loteamento selvagem é crime urbanístico e atentado à cidadania. Imaginar que é possível perpetrá-lo impunemente é esquecer a recente lição das urnas, que puniu implacavelmente os que, em busca de votos fáceis, dispuseram da cidade como bem privado.